

O PAPEL DO EXTENSIONISTA NA SOCIEDADE ATUAL: ULTRAPASSANDO AS BARREIRAS DE COMUNICAÇÃO

Autor(a) Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

**Filiação: UNESP - Univ Estadual Paulista, Campus de Tupã/ Pesquisador do CEPEAGRO, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento. Professor Assistente Doutor do Curso de Administração. Tupã – SP
E-mail: Cristiane@tupa.unesp.br**

Autor(a) Silvia Cristina Vieira Gomes

**Filiação: UNESP - Univ Estadual Paulista, Campus de Tupã/ Pesquisador do CEPEAGRO, Mestranda do Programa em Agronegócio e Desenvolvimento.
E-mail: tinavieiragomes@hotmail.com.br**

Autor(a) Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

**Filiação: UNESP - Univ Estadual Paulista, Campus de Tupã/ Pesquisador do CEPEAGRO, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento. Professor Assistente Doutor do Curso de Administração. Tupã – SP
E-mail: anaelisa@tupa.unesp.br**

Autor Eduardo Guilherme Satolo

**Filiação: UNESP - Univ Estadual Paulista, Campus de Tupã/ Pesquisador do CEPEAGRO, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento. Professor Assistente Doutor do Curso de Administração. Tupã – SP
E-mail: eduardo@tupa.unesp.br**

Grupo de Pesquisa: Extensão Rural

Resumo

A extensão rural está intimamente ligada à transferência de tecnologia e modernização no campo. No entanto, há barreiras de comunicação que devem ser sanadas para que haja eficácia na comunicação bilateral entre a tríade formada por pesquisador, extensionista e produtor rural. Os estudos de comunicação que possam dar conta dos processos dialógicos que envolvem essa tríade são de fundamental relevância e tem base na mensagem e nos códigos utilizados, nos canais de veiculação e nos emissores e receptores presentes na ação dialógica ou influenciados por ela. Assim, conhecer os integrantes do processo comunicacional é fundamental para que a comunicação e, conseqüentemente, o processo de transferência de tecnologia possam ocorrer com o menor ruído possível. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel do extensionista rural no fluxo bilateral de

informações. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. Os resultados indicam que o papel do extensionista tem evoluído no tempo, deixando a função de mero 'repassador' de práticas e técnicas, para ocupar um lugar estratégico no processo comunicacional e educativo para o desenvolvimento rural brasileiro.

Palavras-chave: Extensão rural, transferência tecnológica, agronegócio, comunicação rural, comunicação bilateral.

Abstract

Rural extension is closely linked to the transfer of technology and agriculture modernization. However, there are communication barriers that must be corrected so that there are effectively two-way communication between extension agents and farmers. Communication studies will be influenced by the message and the codes used by the broadcasting channels and the transmitters and receptors present on the dialogic action or influenced by them. Thus, knowing the members of the communication process is essential for communication and consequently the technology transfer process can occur with as little noise as possible. This study aimed at understanding the role of rural extension in the bilateral flow of information. To this end, a qualitative study with descriptive character was used. The results indicate that the role of extension has evolved over time, leaving the mere function 'on-lending' practices and techniques, to occupy a strategic place in the communication and education process aiming at rural development.

Key words: rural extension, technological transference, agribusiness.

1. Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que a extensão rural é o principal instrumento de transferência de tecnologia para o campo. Tal importância, no entanto, encontra algumas barreiras de comunicação que devem ser sanadas para que haja eficácia na comunicação bilateral entre pesquisador, extensionista e produtor rural.

Desse modo, o processo comunicacional promovido envolve uma tríade de sujeitos comunicadores - pesquisador, extensionista e produtor rural. O extensionista exerce a função de elo desta tríade, cujo papel é levar os resultados das pesquisas para o campo, mas tem uma missão ainda mais relevante para o processo - a de encaminhar as demandas do campo para o pesquisador. Considera-se ainda mais importante essa trajetória, na medida em que se entende que uma demanda real tem muito mais chance de ter efetiva aplicação dos resultados das pesquisas quando comparadas às pesquisas cujos objetivos não foram ancorados por uma demanda real e imediata. Diante desse contexto percebe-se a importância do desenvolvimento de uma estratégia que busque a correção de barreiras de comunicação entre os sujeitos comunicadores.

As pesquisas nas ciências sociais aplicadas são significativas para o desenvolvimento de políticas públicas e para investimentos em setores fundamentais para o desenvolvimento

local, regional e nacional. Portanto, ao superar tais barreiras comunicacionais o extensionista será um agente determinante para o desenvolvimento do espaço rural. Nesse sentido é que se pontua como objetivo deste artigo a compreensão do papel do extensionista rural no fluxo bilateral de informações.

Como aporte metodológico, este artigo busca na revisão bibliográfica e nas teorias que sustentam a extensão rural e a comunicação, sobretudo nas discussões sobre sujeitos comunicadores, emissão e recepção, mensagem, relações dialógicas, ruídos e práticas extensionistas, a base para tecer as reflexões aqui apresentadas. Portanto, assume uma perspectiva de natureza qualitativa, que a partir dos conceitos já desenvolvidos e da reconstrução histórica da extensão rural no Brasil, assume condições para promover discussões sobre como se constitui o extensionista brasileiro e qual o seu papel na atualidade.

Torna-se importante observar que, como reflete Hall (1984, p.133), as relações sociais ocorridas durante o processo de comunicação envolvem não apenas emissor e receptor, mas também seus efeitos recíprocos entre os integrantes. “Quando um emissor é intimidado por seu receptor diante do processo de envio de mensagem, a própria mensagem e a interpretação dela serão afetadas”.

Por esse motivo, como enfatiza Kunsch (2003, p.72), é fundamental que o processo comunicacional leve em consideração “os aspectos relacionais, os contextos, os condicionamentos internos e externos, bem como a complexidade que permeia todo o processo comunicativo”. Evidenciam ainda que durante esse processo, os ruídos, barreiras ou falhas de comunicação são frequentes.

Para Gil (1994, p. 34), ruído é “qualquer fonte de erro, distúrbio ou deformação da fidelidade na comunicação de uma mensagem, seja ela sonora, visual, escrita, etc”. Marchiori (1995, p.59) complementa o conceito dizendo que “o ruído consiste nas interferências estranhas à mensagem, produzindo uma comunicação menos eficaz”.

Seguindo esses preceitos, este artigo justifica-se ao entender que ao serem identificados os ruídos e barreiras, tais falhas possam ser corrigidas mais facilmente, colaborando para que o processo de comunicação, no setor do agronegócio, tenha ganhos efetivos e os resultados possam ser mais relevantes.

Atualmente existe uma distância evidente entre os lados que estabelecem a comunicação voltada para o agronegócio. Muitas vezes as distorções são tantas que ocasionam até mesmo resultados equivocados. Em algumas ocasiões chega a haver uma “incomunicação”, no sentido cunhado por Bordenave (1983), acarretando uma impossibilidade de coleta de dado e condenando a pesquisa ao fracasso ou a resultados parciais; e a ação prática acaba sendo pior ainda, pois a devolutiva da pesquisa como transferência de tecnologia também poderá ser ineficiente ou até inexistente.

Barreiras à comunicação no espaço rural

Diante do exposto, para tal análise, parte-se da classificação dessas barreiras, de acordo com as teorias da comunicação, em barreiras mecânicas; fisiológicas; semânticas; psicológicas; pessoais; administrativas burocráticas e de excesso de informações (KUNSCH, 2003). Acrescenta-se ainda a estas barreiras, as geográficas e a falta de acesso às novas tecnologias de comunicação e informação (TCIs), ambas comuns ao ambiente rural.

Dentre as barreiras já descritas, descartam-se na presente análise, pela sua própria natureza, as barreiras fisiológicas que se referem a problemas genéticos ou de malformação dos órgãos vitais da fala ou audição. As demais são todas adequadas e justificam-se, individualmente, a seguir.

A barreira mecânica é aquela causada por fatores físicos, ou seja, a comunicação não é efetivada ou tem uma falha ocasionada por um aparelho de transmissão com defeito; pelo barulho; pelo ambiente e equipamentos inadequados (KUNSCH, 2003). No caso específico do ambiente rural, em muitas regiões ocorre a ausência de muitos meios de comunicação, como celular, telefone, *internet*, correio, televisão, entre outros. Mesmo quando há a presença de alguns meios, são constantes as falhas nas transmissões das mensagens.

Os ruídos ocasionados pelo uso inadequado de uma linguagem não comum entre o emissor e receptor, integram as barreiras semânticas (KUNSCH, 2003). No caso da comunicação existente entre pesquisador, extensionista e produtor rural essa barreira pode ocorrer em todas as direções, uma vez que os agentes comunicadores podem usar termos desconhecidos para o outro. Além de incorporar nesse caso a questão da alfabetização que impossibilita o produtor rural de responder, por exemplo, um questionário, o que levaria, obrigatoriamente, o pesquisador ou o extensionista a ter que aplicar, nesses casos, a entrevista ou o formulário.

As barreiras psicológicas também vão impactar diretamente neste processo de comunicação, visto que estas envolvem preconceitos e estereótipos que podem ocasionar, nos emissores ou receptores, dificuldades em aceitar determinadas informações. Esse também é o caso das barreiras pessoais que podem dificultar a comunicação, pois nestas barreiras a pessoa em si, de acordo com o seu estado de espírito, suas emoções, valores, personalidade, poderão estar mais ou menos dispostas à comunicação (KUNSCH, 2003).

As barreiras administrativas burocráticas que são ocasionadas pela forma como as organizações atuam e processam suas informações (KUNSCH, 2003). Estas também podem ocasionar ruídos para a comunicação, uma vez que o pesquisador e o extensionista muitas vezes são sujeitados a inúmeros relatórios, processos licitatórios, entre outros, para que possa se dedicar a pesquisa. Essa barreira muitas vezes limita sua possibilidade de ir e vir, assim como pode desestimular suas iniciativas de pesquisa, optando por situações mais adequadas ao exigido pela burocracia administrativa. Essa barreira, muitas vezes chega a mudar até mesmo a metodologia de pesquisa a ser usada ou o método de extensão para a transferência da tecnologia, se os processos administrativos, aos quais pesquisadores e extensionistas estejam sujeitados, for muito burocrático.

Tais barreiras poderão ser encontradas também na outra ponta da pesquisa, ou seja, entre os envolvidos com o objeto pesquisado. Muitas vezes as cooperativas, associações, sindicatos, criam também barreiras administrativas burocráticas para que o pesquisador e/ou extensionista cheguem até os dados ou até o produtor rural.

Constitui-se também uma barreira, o excesso de informações disponíveis na atualidade. Teoricamente essa barreira é denominada de Barreira de Informação e refere-se a sobrecarga de informações, o excesso de reuniões, de papéis institucionais e administrativos (KUNSCH, 2003).

As comunicações incompletas e parciais de igual forma constituem barreiras importantes. São as comunicações efetuadas de forma fragmentada, com distorções,

superficiais ou mesmo sonegadas (KUNSCH, 2003). No agronegócio alguns fatores favorecem o surgimento dessas barreiras. Como já conceituou Bordenave (1983) o homem rural, em sua maioria, é desconfiado, reservado, tem dificuldade em aceitar as inovações e as questões que não lhe são concretas. Esse perfil pode levá-lo a sonegar informações que seriam fundamentais para o bom andamento da pesquisa e uma maior eficácia na devolutiva dos resultados desta em tecnologia disponível para o campo.

Somando-se a todas as barreiras já descritas, vem a geográfica que se apresenta como limitante em diversas ocasiões. Explica-se tal limitação pelo fato de acesso do pesquisador ao pesquisado, uma vez que grande parte dos produtores rurais brasileiros encontra-se em regiões de difícil acesso, onde, muitas vezes, não chega nem mesmo o correio.

Por ser o Brasil um país de dimensões continentais, algumas regiões têm uma cobertura menor no desenvolvimento de pesquisas. Mesmo o pesquisador dispondo-se a um recorte nacional, nem sempre o acesso a regiões mais remotas do país é facilitado, seja por ausência de transporte, estradas mal conservadas, falta de hospedagem, entre outros fatores. Os aspectos geográficos são ainda responsáveis por expressões e culturas próprias de uma região, fatores que incidem diretamente na obtenção e tratamento dos dados.

Por fim, a última barreira incluída é a falta de acesso às novas tecnologias de comunicação e informações (TCIs). Esse item não se refere apenas às questões físicas da tecnologia, mas também à capacitação para este uso. Realizar uma pesquisa por e-mail em determinadas regiões não é apenas um desafio em termos de haver a tecnologia no local, mas também desta tecnologia estar acessível ao possível usuário.

Bordenave (1983) já dava exemplos de campanhas que pareciam simples aos olhos do homem urbano, mas que não surtiam efeito com o homem rural e, não pela indisponibilidade do recurso, mas sim pelo desconhecimento total de sua serventia ou de como deveria ser utilizado. Os exemplos da água filtrada e das latrinas¹ são clássicos na história da extensão rural no país e fortalecem a ideia de que não basta oferecer o recurso se não houver a capacitação e, principalmente, o despertar sobre a importância daquele determinado recurso junto à comunidade em que está sendo implantado.

Para que se possa compreender melhor essa relação dialógica promovida por essa tríade e, a importância que o agente de extensão ganha neste processo de comunicação, torna-se fundamental que se faça um resgate da extensão rural no Brasil, de modo a compreender como o papel do extensionista está hoje configurado. Esse papel foi construído ao longo de quase 70 anos e passa por fases nas quais as interferências política, social e econômica são determinantes para as ações empreendidas e para o rumo que a extensão tomou no país.

Extensão Rural no Brasil

O papel do extensionista é auxiliar os produtores rurais a ajudarem a si próprios. Esta afirmativa contém o princípio que caracteriza a atividade de extensão rural, por meio das

¹ Esses exemplos podem ser vistos em BORDENAVE, J.D. O que é comunicação rural. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

reflexões de Knapp², autor do consagrado princípio pedagógico que recomenda “ensinar a fazer fazendo”, método de indiscutível eficácia para quem pretendem alterar velhos costumes, hábitos ou habilidade e implantar o desenvolvimento rural, por meio de mudanças de atitudes (OLINGER, 2001).

No entanto, é fundamental que esse princípio apresentado por Knapp, não seja apenas ancorado no processo de aprendizagem baseado na imitação. Freire (2010) e Bordenave (2002) são categóricos ao afirmarem que para que a transferência da informação ocorra é fundamental que as práticas sofram um processo reflexivo. Não basta copiar igual, é necessário a compreensão do porquê se deve fazer assim, para que a ação comunicacional, com função educativa, se concretize.

No entanto, o processo de extensão rural implantado no Brasil passou por várias fases. Algumas delas priorizaram métodos que valorizavam a imitação em detrimento daquelas que destacavam a reflexão. Em uma reconstrução histórica da extensão rural no Brasil, essa afirmação é evidente (FREIRE, 2010; FELICIANO, 2013; CAPORAL; RAMOS, 2006).

Para traçar essa reconstrução, toma-se como ponto de partida a década de 1940, apesar da afirmação de Peixoto (2008) de que existiam traços de extensão rural no Brasil desde o período imperial e, que as atribuições legais de ações desta prática remontam ao século XIX.

Segundo Oliveira (1999), a concretização da estratégia da criação de um serviço extensionista no Brasil foi favorecida no intervalo temporal do nacionalismo de Vargas, entre os anos de 1945 a 1950. Em 1948 iniciam-se os serviços institucionalizados da extensão rural no Brasil, resultados dos convênios realizados em conjunto com os Estados Unidos que deram origem a um programa piloto de extensão rural no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro e na Fundação ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) - Minas Gerais.

Tais fatos marcaram importantes mudanças no cenário extensionista nacional. Todo esse processo sofreu influência do professor John B. Greefing, diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e ex-dirigente da *American International Association* (AIA), uma instituição filantrópica presidida por Nelson Rockefeller.

O método de ação da ACAR foi inspirado num modelo norte americano, no entanto, os serviços não eram prestados diretamente pelas universidades e sim por meio de associações. Todavia, o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação. Após a experiência mineira, o modelo de ACAR transpôs barreiras e surgiram unidades nos diversos estados brasileiros, sendo que 23 ACARs foram criadas até o ano de 1974, que juntamente com a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) formavam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (PEIXOTO, 2008).

Feliciano (2013, p.18) traz para o debate que:

No Brasil, a partir de meados do século XX, a extensão rural passa a contribuir diretamente para a constituição de um novo perfil de desenvolvimento rural, sobretudo com o emprego de métodos e técnicas que permitiram aos agricultores ampliar seu potencial produtivo, conhecer e cultivar novas variedades agrícolas,

² Seaman A. Knapp - Agrônomo norte americano, considerado pai da metodologia extensionistas. Foi o responsável por imprimir velocidade a um novo método de ensino: a demonstração, considerado até hoje como base do ensino proporcionado pelos extensionistas (RIBEIRO, 2000).

além de gradativamente atuar objetivando melhorar a qualidade de vida com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade do meio rural.

Neste sentido, visando fomentar o desenvolvimento rural, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, e, conforme ressalta Olinger (1996), embora tivesse a responsabilidade legal de coordenar a extensão rural no país, não conseguiu realizá-la de maneira satisfatória. Complementa Peixoto (2008) que em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o SIBER começou a ser estatizado.

A Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, e promoveu a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa³), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em assistência técnica e extensão rural e pesquisa agropecuária.

A Embrater foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975. Tendo as estruturas das ACAR sido, gradativamente, absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural como a (Emater) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, presente em vários estados. Posteriormente, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) passou a agregar também organizações não estatais de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER⁴). O discurso da Embrater era realizar planejamentos baseados em educação, participação e realidades (BRASIL, 1975; CAPORAL, 1991; PEIXOTO, 2008).

Contudo, crises econômicas e fiscais ocorridas a partir da década de 1980 associaram a imagem dos serviços públicos de extensão rural a de organizações despreocupadas em racionalizar bom atendimento com custo-benefício, autoritárias, operadas por extensionistas pouco motivados, com treinamentos deficientes e pouco competentes (DIESEL *et al.*, 2008).

Neste cenário de descrédito, a Embrater foi definitivamente extinta no ano de 1990. Com a desarticulação do sistema de ATER, diversas estratégias foram utilizadas pelos estados para garantir acesso a recursos, principalmente financeiros, como fusão das empresas de ATER com empresas de pesquisa agropecuária ou privatização. Em alguns estados essas foram simplesmente desarticuladas e extintas. Houve, ainda, a ascensão de outras formas de organização, como empresas privadas, entrada do terceiro setor e de organizações sem fins lucrativos. Esta pluralidade do ambiente complexifica relações inter-organizacionais e produz

³ Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Foi oficialmente criada em 26 de abril de 1976 objetiva desenvolvimento de tecnologia, informações técnico-científicas voltadas para agricultura e pecuária nacional. A partir de 2014 passa a atuar diretamente na ATER pública com atuação integrada por meio da Anater (EMBRAPA, 2015).

⁴ Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” Artigo 2, Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de, regulamentada pelo decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 (BRASIL, 2010).

inconsistências para a sociedade rural, carente de tecnologia e assistência no campo (CAPRISTANO; SOUZA, 2013).

Complementa Peixoto, (2008), que no contexto das alterações, por meio do Decreto nº 3.200, de 06 de outubro de 1999, foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), integrante do então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. O Decreto no 3.508, de 14 de junho de 2000 transformou o CNDR em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), incorporando o conceito da sustentabilidade ao nome do Conselho.

Após a extinção da Embrater, os serviços de ATER voltaram a ser coordenados nacionalmente, no início dos anos 2000, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Um dos mecanismos criados foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2004, após um amplo processo participativo nacional de discussão e consulta à sociedade. Esta política norteia as ações do governo federal direcionadas para a qualificação, a reorganização e o fortalecimento dos serviços de ATER no Brasil (CAPRISTANO; SOUZA 2013, BRASIL, 2004).

Com base nestes apontamentos, Caporal e Ramos (2006, p.03) relatam que em acordo com a Pnater:

A Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a Pnater sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelece ainda que a nova Ater é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão Rural deve contribuir para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos.

A Pnater sinaliza forte ênfase numa proposta de desenvolvimento sustentável, absolutamente oposta àquela instituída pelo difusionismo que caracterizou o período conhecido como Revolução Verde (CALLOU et al., 2008).

Segundo Costabeber, (1998, p.5) no contexto de alguns países subdesenvolvidos, não se pode negar o enorme impacto que teve a Revolução Verde, principalmente quando se considera o incremento da produção e produtividade de importantes cereais. “Apesar disso, também sobrelevou os problemas da equidade e os fracassos para alcançar a estabilidade e a sustentabilidade da produção”. O uso massivo de insumos químicos sintéticos e a introdução de variedades de alto rendimento em busca de uma trajetória de evolução com participação dos capitais agroindustriais multinacionais, mantiveram persistente o intento de controlar e modificar os processos biológicos, de maneira a ignorar por completo princípios de sustentabilidade.

Entre as orientações estratégicas da Pnater, a ênfase na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade compõe um modelo inovador com olhar sistêmico, buscando

operacionalizar uma abordagem de caráter colaborativo que tece um novo perfil na extensão rural nacional, pautada no diálogo estabelecido por meio de um processo de comunicação mais eficiente em busca de valores sustentáveis (BRASIL, 2004; 2010).

A partir dessa nova visão criam-se seis orientações gerais que devem ser seguidas, quais sejam: desenvolvimento rural sustentável; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER; adoção de metodologia participativa, com enfoque multi e interdisciplinar e intercultural; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica de forma preferencial; equidade nas relações de gênero, geração e etnia; contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2004; 2010).

Estas novas orientações opõem-se a antiga prática histórica da extensão rural que vê o produtor rural apenas como depósito de conhecimentos e de pacotes previamente gerados pelas pesquisas, na maioria das vezes, conteúdos inadequados para as especificidades de suas atividades e dos agrossistemas por eles manejados (CAPORAL; RAMOS, 2006).

A Lei de ATER nº 12.188/ 2010, regulamentada pelo decreto nº 7.215/ 2010, relata características da Pnater. O Pronater⁵ reforça que a ATER seja voltada a agricultores familiares que se enquadram na Lei 11.326 de 24 de junho de 2006⁶, produtores oriundos de áreas de reforma agrária e comunidades específicas.

O Pronater objetiva apoiar e fortalecer ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para implementação da Política Nacional de ATER, visando a universalização do conhecimento no campo e suas diretrizes retratam a prioridade de: inclusão social; transição para agricultura de base ecológica; articulação da ATER-pesquisa-ensino, gênero, geração, raça e etnia, Geração de ocupações e de renda, atuação em redes; gestão/controle (BRASIL, 2010; BRASIL, 2005).

A execução do Pronater requer a inter-relação com o ensino e a pesquisa, visando à geração de conhecimentos e de tecnologias adequadas às necessidades dos agricultores familiares, bem como a formação de quadros técnicos para atuarem em consonância com a demanda oriunda do meio rural.

Em contraste, o ensino de extensão rural no Brasil e a pesquisa científica pautada no agronegócio confrontam-se com a concepção contemporânea de extensão rural, como enfatiza Callou et al. (2008, p.96):

O tão exaltado tripé das universidades - Pesquisa, Ensino e Extensão - não desenvolve, nesse caso, a simbiose desejada. Entretanto, convém analisar se esses aspectos estão ligados à incipiência ou abrangência com que os projetos de pesquisa

⁵ Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária-Pronater. “O Pronater estabelece os fundamentos da Ater pública e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA/SAF/Dater), apontando a estratégia de operacionalização da Pnater. Abrange desde o nivelamento conceitual dos temas centrais da política nacional, passando pelas parcerias já estabelecidas, pela construção dos programas estaduais, pela formação de agentes de Ater, pela capacitação de agricultores familiares, pela formação de quadros para a Ater Setorial (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquiculturas, extrativistas, jovens e mulheres trabalhadoras rurais) até a qualificação e ampliação dos serviços de Ater no país” (BRASIL, 2005, p.2).

⁶ Lei 11.326 de 24 de junho de 2006 – Lei que estabelece parâmetros de enquadramento para o agricultor familiar e empreendedor familiar rural (BRASIL, 2006).

e de extensão estão sendo desenvolvidos nas universidades. Como se sabe, as exigências estabelecidas, hoje, pelas agências de fomento à pesquisa, no que se refere à qualificação acadêmica/produção intelectual dos pesquisadores, além dos poucos recursos disponíveis destinados às atividades de extensão nas universidades, têm restringido, cada vez mais, a ação universitária para além do ensino. Seja como for, é de se perguntar de que maneira, na combatida universidade pública, a pesquisa e a extensão, com suas atualidades temáticas, poderão contribuir, efetivamente, para o ensino da Extensão Rural no Brasil.

A ATER no Brasil encontra-se em constante construção e tende a elevar sua amplitude de atuação com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) por meio do Decreto nº 8.252 de 26 de maio de 2014, que amplia a oferta de assistência técnica, tendo como prioridade, além dos agricultores familiares, a inclusão do médio produtor rural que, apesar de sua importância no cenário produtivo nacional, ainda não contava com uma política pública favorável de ATER (BRASIL, 2014).

A atuação integrada da Embrapa, neste processo, aparece como fenômeno catalizador em todas as etapas das cadeias produtivas, numa ação colaborativa para o desenvolvimento da ATER nacional, visando o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão devem transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender exigências da sociedade rural quanto à aplicabilidade da extensão (CAPORAL, 2003).

Frente aos desafios impostos pela necessidade de implementação de estratégias de produção agropecuária que sejam compatíveis com os ideais do desenvolvimento rural, um referencial com viés de sustentabilidade permeia toda a cadeia do agronegócio e tenta minimizar ações antrópicas, apoiados pela extensão rural.

Complementando, Callou et al. (2008, p.87) afirmam que existem desafios implícitos nos trabalhos de ATER.

Nesse cenário, a Extensão Rural é desafiada a se posicionar, hoje, diante de um leque de novos referenciais, como: a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; as concepções de desenvolvimento, que promovem o empoderamento dos contextos sociais excluídos, tal como descritas no Desenvolvimento Local; a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação; a perspectiva comunicacional, que considera as populações do meio rural como sujeitos que reagem às políticas governamentais e não-governamentais como produtores de sentido; os movimentos sociais pela terra; a agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, a agroecologia.

Pede-se à Extensão Rural brasileira que contribua para o enfretamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Métodos de manejos sustentáveis apresentam-se como uma proposição ampla e multidimensional – envolvendo não apenas aspectos técnico-agronômicos, mas também dimensões como a social, cultural, econômica e ambiental. Configura-se assim, uma disputa

pela legitimidade de modelos de desenvolvimento e agricultura (COELHO; SILVEIRA, 2009).

Além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação dos envolvidos, um novo modelo de ATER precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Callou et al. (2008) apontam que o perfil do profissional extensionista deve estar voltado para uma inserção crítica na realidade rural; ao desenvolvimento para além da modernização da agricultura; aos diferentes anseios dos grupos sociais do campo; às formas de organização formal e informal dos contextos populares e, principalmente, à ação transformadora mediante projetos de intervenção.

Não se pode esquecer que a metodologia de atuação na ATER requer um esforço interdisciplinar, o que pode exigir lógicas e arranjos diferenciados para cada situação. Cabe ressaltar que o agente de ATER, além de assessor técnico, passa a ser também o mediador e animador de processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, ele deve ter uma sólida formação técnica e complementar, seus conhecimentos devem ser complementados com saberes de outros campos das ciências, de modo que possa ter uma visão e uma atuação sistêmica e holística (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Complementando o debate sobre definição de métodos a serem utilizados em extensão rural, Olinger (2001) entende que método é a marcha racional da inteligência para chegar ao conhecimento ou à demonstração de uma verdade, refletindo um processo ou técnica de ensino. Quanto à qualidade, os métodos e meios utilizados pela extensão podem ser simples quando utilizados isoladamente, podendo ser individuais, grupais ou massais. Enquanto os métodos complexos exigem uma combinação de mais de um método e meios.

Nessa perspectiva, o processo de comunicação torna-se uma necessidade social funcional (WOLTON, 2004).

Como bem salienta Olinger (2001), para ser um bom extensionista, além conhecer as técnicas e métodos de trabalho necessita de um bom conhecimento profissional relativo à área das ciências agrárias e é essencial ter familiaridade com os meios de comunicação.

Descreve Peixoto (2008) que a importância do papel do extensionista visa o desenvolvimento rural por meio do processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

Complementam Caporal e Ramos (2006, p.1) que “mais uma vez, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural estão sendo desafiados a contribuir para o avanço do desenvolvimento rural brasileiro”.

Nesse sentido, o extensionista poderá ser percebido como um ator estratégico para o processo de comunicação na busca de demandas e nas devolutivas de informações ao campo, passando a figurar como parte atuante e ativa na tríade, produtor rural, pesquisadores do agronegócio e ele próprio, em busca de melhor efetividade no processo de transferência de tecnologia para o campo.

De modo a atender a tal necessidade, o extensionista será moldado pelo contexto da sociedade atual onde está inserido, devendo procurar no seio da mesma as demandas da zona rural para leva-las aos pesquisadores e elencar os melhores métodos para promover a

devolutiva para o campo. Para tanto, torna-se importante traçar um cenário de como esta sociedade está configurada atualmente, promovendo um modelo de processo comunicacional efetivo entre os agentes envolvidos.

Sociedade atual e seus modelos de comunicação

A sociedade capitalista atual depreende uma nova forma de organização do trabalho com base na globalização. Tal pressuposição se baseia na divisão internacional do trabalho, por meio da qual se localizam países com alto grau de desenvolvimento dos meios de produção e outros servindo apenas como fornecedores de matéria-prima. Sendo que os países desenvolvidos ocupam um papel fundamental para atividade econômica, considerando a tecnologia um bem de capital. “(...) Na sociedade moderna, historicamente, o conhecimento técnico transformou-se numa mercadoria que pode ser vendida ou comprada, e que se rege pelas leis de mercado, o mesmo acontecendo com a tecnologia” (FREIRE, I., 1984, p.68).

Com base neste contexto socioeconômico situacional, pode-se afirmar que a transferência de tecnologia é possível a partir da obtenção de técnicas de produção e é no âmbito dos processos de comunicação social que esta é desenvolvida e envolve processos de transmissão de conhecimento técnico ou informacional (CONTRERAS, 1979).

Nesse sentido e com base nos conceitos da comunicação social, é imprescindível dizer que a transferência de tecnologia só pode ocorrer quando o receptor recebe informações que possam ser apreendidas e transformadas em conhecimento, tornando-o capaz de solucionar problemas e criar ou adequar tecnologias ajustadas às condições específicas de produção.

A introdução de formas de produção, com base em novas tecnologias, incorpora uma reestruturação social em todos os ambientes, sejam eles espaços urbanos ou rurais. A partir desta perspectiva pode-se afirmar que o maior foco dos modelos processuais de comunicação rural no Brasil, se dá entre as décadas de 1970 a 1980, quando ocorre a chamada “modernização da agricultura”. Como diz Callou (2002, p.2), essa reordenação do espaço agrário trouxe desafios sem precedentes para a comunicação rural, “na medida em que seus modelos teóricos estavam alheios aos vetores que sustentam essa espécie de difusão *hi-tech*⁷ no meio rural”.

O termo espaço agrário já impõe o primeiro desafio, visto que este não é estático e, por ser dinâmico, acompanha as transformações socioeconômicas, políticas e culturais. Para Graziano (2002, p.38) torna-se fundamental ampliar a ultrapassada concepção de espaço rural, para além das fronteiras das atividades de produção tradicionais. Com esse objetivo o autor inclui no espaço agrário a produção de serviços e de bens não agrícolas, como, por exemplo, a moradia e o artesanato. E fazendo uma espécie de previsão, aponta para o fato de que “a nova e esperada onda de modernização no campo assentada na informática, na microeletrônica e na biotecnologia, deverá ser ainda mais excludente que suas anteriores”.

Nesse sentido, a nova configuração do espaço agrário brasileiro aponta para a necessidade de debates sobre a extensão e a comunicação rural, que não mais se restrinjam às atividades agrícolas, ao passo que as atividades ‘não agrícolas’ no espaço agrário vêm ocupando uma extensa dimensão (CALLOU et al., 2001).

⁷ Alta tecnologia

Outra vertente de suma importância refere-se aos emissores e receptores da comunicação rural, uma vez que a gama de sujeitos do discurso agrário é bastante heterogênea. Bernardo e Bernardo (2013, p.44) reforçam esse debate ao afirmarem que a heterogeneidade dos públicos que são atendidos pelo agronegócio obrigam uma comunicação mais segmentada e, em consequência a utilização de diversos códigos e meios. “O homem rural não é mais apenas o chamado “matuto” de tempos atrás. Já faz algum tempo que esse cenário vem sendo alterado e tem trazido para a comunicação uma heterogeneidade de públicos, com culturas diversas e níveis de formação muito variados”.

Martín-Barbero (1997) e Cancluni (1997) abordam esse debate sobre uma outra perspectiva, ao dizerem que os desníveis socioeconômicos e a complexidade cultural encontrados no campo, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, devem levar à reflexão acerca das especificidades culturais e sobre o papel da comunicação nesta região.

Os últimos trinta anos foram marcados por muitas mudanças na sociedade como um todo e, no mundo rural, especificamente. Grande parte dos avanços tecnológicos fez com que o produtor rural tivesse que se adequar em muitas vertentes de atuação que integram o seu cotidiano (VIERO; SOUZA, (2008); BORDENAVE, (2003)).

Transformações estas que alteram a base material de produção, de comercialização e de aquisição de material necessário para a atividade produtiva em questão. As mudanças que envolvem as atividades do agronegócio se deram no campo trabalhista, ambiental, industrial, biológico, químico, entre tantas outros. Tal complexidade, que sempre envolveu a área, passou para um nível de multiplicidade ainda maior, e, muitas vezes, só pode ser absorvido, quando analisado de uma perspectiva interdisciplinar.

Reforçam essa reflexão Viero e Souza (2008) ao afirmarem que,

As últimas três décadas foram marcadas por profundas transformações no mundo rural. O produtor teve de se adequar, em um curto espaço de tempo, a uma nova realidade, onde a produção de subsistência deu lugar a um complexo sistema agroindustrial, articulando a agricultura e as zonas urbanas, a economia agrícola e a industrial. O conhecimento deixou de ser privilégio e tornou-se fator de desenvolvimento da agricultura. De acordo com Ripper Filho (1994), a base estratégica das nações que mais se desenvolveram no século 20, foi a capacidade de gerar e utilizar as novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs na agricultura. Através do investimento em pesquisa e em seu uso na agricultura, uma nação é capaz de avançar através de seus próprios meios e estruturas, sem depender da aquisição, mediante pagamento, de informações, processos e produtos gerados em outros locais.

Nesse sentido, se tornam de fundamental relevância, os estudos de comunicação que possam dar conta dos processos dialógicos que envolvem a tríade de sujeitos em relações comunicacionais bilaterais. Tais estudos são influenciados pela mensagem e pelos códigos utilizados, pelos canais de veiculação e pelos emissores e receptores presentes na ação dialógica ou influenciados por ela.

Reafirmam essa análise Viero e Souza (2008) ao conceituarem a comunicação rural.

O conceito de informação rural – bastante utilizado nas décadas de 50 e 60 quando predominava o modelo de difusão de inovações tecnológicas – vem sendo, cada vez mais, substituído pelo de comunicação rural, visto que a informação prima pela

difusão unilateral e a comunicação é um processo que se dá entre os participantes que ora assumem papel de emissores e ora assumem o papel de receptores, dialogando entre si. Nesse sentido, a comunicação rural adquire um caráter mais participativo, sendo os produtores rurais atuantes na produção e veiculação de notícias do setor agrícola.

Assim, conhecer os integrantes do processo comunicacional é fundamental para que a comunicação e, conseqüentemente, o processo de transferência de tecnologia possam ocorrer com o menor ruído possível.

Transferência de tecnologia para o campo e as TICs

Antes de tudo é fundamental destacar a ruralidade como um espaço que tem uma forte história de exclusão social, e, portanto, as tecnologias de informação e de comunicação constituem-se em elementos essenciais para que haja uma reestruturação dessa condição, colocando o homem rural em condições iguais, socialmente falando, às disponíveis ao homem urbano.

Viero e Souza (2008) refletem sobre o fato de que a *internet* é importante para a busca das soluções para acabar com a exclusão social no campo, mas é apenas um instrumento. Afirmam que os processos comunicacionais e de informação “têm na *internet* uma ferramenta fundamental que os sustenta, mas como toda ferramenta deve-se pensar para que ela é desejada (objetivos e metas) e então pensar em que tipo de uso e de acesso é necessário para se atingir este objetivo”.

Tais reflexões têm base nas teorias da comunicação que definem os objetivos da comunicação de acordo com o público que se quer atingir e, o objetivo que a mensagem quer passar. Basicamente resume-se em qual é a intenção comunicativa.

Silveira (2003) aventa grandes possibilidades que podem advir de uma inclusão e/ou até de uma alfabetização digital do produtor rural e trazida pelas TICs para o espaço agrário. Entre as possibilidades apontadas pelo autor, destacam-se a ampliação de horizontes de negócios, formação de redes de comercialização, maior acesso às políticas públicas, prognósticos em todos os setores, serviços bancários, educação à distância, cotações, previsões do tempo, assistência técnicas, entre outras.

Um novo contexto começa a ser desenhado, afora que os indicadores não venham sendo tão otimistas assim. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD (2011), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que da amostra total de pessoas entrevistadas em grupos ocupacionais, 15,5% representavam a categoria de trabalhadores agrícolas, sendo que destes, apenas 2,7% acessavam a internet. O mais preocupante é que de 2005 para 2011 esse padrão não se alterou.

Apesar das dificuldades que o homem do ambiente rural possa encontrar para o acesso às plataformas digitais, com destaque infraestrutural para conexão e habilidades para o manuseio tecnológico, o meio rural não pode mais ser restrito a se configurar como um espaço geográfico distante e atrasado se comparado à zona urbana. Assim, argumentam Lübeck (2004) e Bordenave (1988) que as informações disponíveis para os produtores rurais considerem os saberes e o desenvolvimento locais e, que os receptores não sejam vistos apenas com sujeitos passivos no processo comunicacional.

Considerações finais

Como já foram descritas, as barreiras à comunicação são muitas e, o objetivo para que o processo dialógico ocorra sem interferências tem como premissa reduzir ao máximo tais barreiras e, portanto, o nível de conhecimento que se tem dos sujeitos será determinante para o sucesso dessa ação.

Conforme o sujeito é conhecido, a comunicação disporá de meios para a utilização dos instrumentos adequados. Qual o canal mais indicado para atingir determinado interlocutor, utilizando determinada mensagem, em dada situação, são questões norteadoras para o sucesso do processo comunicacional.

Defende-se aqui, que a relação entre os sujeitos deva ser essencialmente dialógica, pois parte-se do pressuposto de que na comunicação rural, a demanda advinda do espaço rural é imprescindível para que a transferência da tecnologia seja implementada de fato e, não morra no campo teórico. Utilizando-se de um sofisma - a demanda deve nascer no campo (espaço agrário) para a este voltar e, não se perder no campo teórico, sem nenhuma ação efetiva de retorno e colaboração com o desenvolvimento rural.

A necessidade da tecnologia tem que ser percebida pelo produtor rural, qualquer que seja o seu nível de conhecimento, de escolaridade, de acesso às tecnologias ou de recursos econômicos disponíveis. Se a necessidade não é percebida, não é implementada ou quando é não tem eficácia, ou ainda esta eficácia não é percebida.

Isto posto, apreende-se que a consciência da necessidade será a linha norteadora de toda a ação comunicativa utilizada para a transferência da tecnologia para o campo. Para tanto, o papel do extensionista enquanto elo da tríade – ciência; extensão; espaço rural - será fundamental, para que a necessidade demandada seja vista pelo pesquisador, ao passo que leva as solicitações do campo para os institutos de pesquisa, e também pelo o produtor na devolutiva dos resultados da pesquisa para o campo.

Ressalta-se ainda a importância do papel das próprias TICs, enquanto instrumentos de “libertação” do produtor rural das condições de exclusão social, das quais foi cativo durante tantas décadas. Isso só se torna possível, no entanto, na medida em que este é incluído digitalmente. As novas condições temporais e espaciais trazidas pela globalização e, sobretudo, pela internet, são determinantes para tal ascensão social, equiparando o homem rural ao homem urbano em condições de igual acesso à satisfação de suas necessidades tecnológicas.

Reafirma-se que o papel do extensionista é fundamental na relação dialógica entre o pesquisador e o produtor rural. É, nesse sentido, que está configurado o novo perfil do extensionista brasileiro, um profissional que constantemente é convocado para dar a sua contribuição para o desenvolvimento rural no país. Desse modo, o extensionista deixa a função de mero ‘repassador’ de práticas e técnicas, para ocupar um lugar estratégico no processo comunicacional que conduz as demandas das pesquisas no setor do agronegócio e, posteriormente, na função de verdadeiro educador rural, no sentido cunhado por Freire (2010), no qual, o produtor rural assume uma posição ativa no processo educativo, compreendendo os porquês das práticas e desenvolvendo a capacidade analítica de decidir sobre adotá-las ou não.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, C.H.C.; BERNARDO, R. Gestão da Comunicação para o agronegócio. *Revista Cambiassu*. UFMA, n.12, p. 43-55, jan/jun. 2013.

BORDENAVE, J.D. **O que é comunicação rural**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Comunicação rural**: discurso e prática. UFV, 1988.

_____. **Além dos meios e mensagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975**. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=204708>>. Acesso em 05 mar. 2015.

_____. **PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Versão Final. Brasília: MDA, maio de 2004. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf>. Acesso em 19 jan, 2015.

_____. **PRONATER**. 2005. Disponível em < www.faser.org.br/anexos/Pronater.doc >. Acesso em 25 fev. 2015.

_____. **Lei 11.326 de 24 de junho de 2006**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 06 jan. 2015.

_____. **Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 25 fev. 2015.

_____. **Decreto 8.252 de 26 de maio de 2014**. ANATER. 2014. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8252.htm >. Acesso em 25 fev. 2015.

_____. **Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2015. Disponível em < http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_img_193/Anater.pdf>. Acesso em 25 fev. 2015.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e era tecnológica: tema de abertura. Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. Recife: **Bagaço**, p. 07-28, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes *et al.* O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, v. 15, n. 16, 2008. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/art4ed16.pdf> > Acesso em 10 jan. 2015.

CAPORAL, F.R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Dissertação (Mestrado) – Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 1991.

_____. **Bases para uma nova ATER pública.** Este texto tem como base o capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. Santa Maria: janeiro de 2003. Disponível em < <http://coralx.ufsm.br/extensaorural/art4ed10.pdf> >. Acessado em 06 jan. 2015.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: **Enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília DF: 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/ArtigoCaporalLadjaneVersaoFinal.pdf >. Acessado em 06 jan. 2015.

CAPRISTANO, M. O. W., SOUZA, R. S. **As organizações frente a políticas em extensão rural no Brasil.** 51º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Belém: 2013.

COELHO, V. P.; SILVEIRA, C. A. **Agroecologia e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, legitimando modelos de agricultura e de desenvolvimento rural?** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: julho de 2009. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/13/742.pdf> >. Acesso em 19 jan. 2015.

CONTRERAS, C. **A Transferência de tecnologia a países em desarrollo.** Caracas: ILDIS, 1979

COSTABEBER, J. A. **Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização.** Tradução livre do 3º capítulo da tese de doutorado. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba (España); 1998, Disponível em <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/32.pdf> >. Acesso em 07 abr. 2015.

DIESEL, V. *et al.* Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.4, p.1155-1188, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rest/v46n4/v46n4a10.pdf> > Acesso em 04 mar. 2015.

FELICIANO, A. M. **Extensão rural: criação, estratégias de uso e retenção do conhecimento.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tese de Doutorado. 2013.

FREIRE, Isa Maria. Comunicação de informações tecnológicas para o meio rural. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 13, n. 1, Jun. 1984. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1457>>. Acesso em: 06 Abr. 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Oliveira, R. D. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

GRAZIANO, DA SILVA; GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciência e Tecnologia**., Brasília, v.19, nº1, p.37-67.

OLINGER, Glauco. **Métodos de extensão rural**. Santa Catarina: EPAGRI, 2001.

_____. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1999.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília**, v.16, n.02, p. 97 – 134 maio/agosto, 1999. Disponível em <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020> >. Acesso em 06 de jan. 2015.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. 2008 Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em 05 mai. 2015.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP Emater- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais. 2000. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8574191183>>. Acesso 19 jan. 2015.

SILVEIRA, A. C. M. da. Sociedade da informação: TICs e o combate à exclusão digital no meio rural do Brasil. In: SILVEIRA, Ada M. C. da et al. **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação**. Santa Maria: UFSM-FACOS, 2003.

VIERO, Veronica Crestani; SOUZA, Renato Santos De. Comunicação rural on-line: promessa de um mundo sem fronteiras. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.